



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO FEDERAL GESTOR DO
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS – CFDD**

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e cinco reuniu-se no Hotel Serrano, situado à Avenida das Hortênsias, nº 1.480, Centro, Gramado/RS, o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). **ESTIVERAM PRESENTES:** Sob a Presidência em Exercício do Dr. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER, os Conselheiros: o representante do Ministério da Cultura, Dr. PAULO SÉRGIO MACIEL NEGRÃO; o representante do Ministério da Saúde, Dr. BRUNO CESAR ALMEIDA DE ABREU; a representante do Ministério Público Federal, Dr^a. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS; o representante do Ministério da Fazenda, Dr. EUGENIO MESSER RYBALOWSKY; o representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – Brasilcon, Dr. LEONARDO ROSCOE BESSA; a representante do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, Dr^a. VÂNESCA BUZELATO PRESTES; os representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, Dr. MARCOS DIEGUES RODRIGUES e Dr. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA; e o Secretário-Executivo do CFDD, Dr. NELSON CAMPOS. **JUSTIFICOU A AUSÊNCIA:** o representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. ALLAN KARDEC MILHOMENS. **COMPARECEU:** o Ex-Presidente do CFDD, Dr. ARTHUR BADIN. O Presidente comentou sobre sua gestão, cujos resultados falam por si, e passou-lhe a palavra para falar sobre uma de suas mais importantes realizações, o Balanço Social do CFDD, tendo, ainda, elogiado o conteúdo e a edição primorosa da publicação. O Dr. ARTHUR BADIN disse, primeiramente, que fazia dele as palavras do Dr. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER. Em agradecimento ao esforço e empenho público de todos os Conselheiros em estarem presentes a esta reunião, realizada fora da sede, a qual enseja um aprendizado de logística e um aprendizado para o Conselho que, com certeza, repetirá mais e outras vezes. Informou que, nesta data, o Conselho completou um ciclo e que logrou cumprir todas as metas traçadas no início de 2003, tendo cumprido três das que faltavam. Uma delas é a própria reunião itinerante do CFDD, a reunião próxima do público. A segunda era a realização de um evento científico, voltado para o fomento da cultura de direitos difusos, não através de convênios de projetos apoiados, mas através da própria atividade da Secretaria Executiva, que é o Congresso Internacional de Direito do Consumidor, que se realiza com uma parceria do CFDD junto com a Escola da Magistratura, a Escola Superior do Ministério Público e tantas outras entidades, tais como o BRASILCON. A terceira é o Balanço Social, que foi um objetivo tão comentado e tão discutido ao longo desses dois anos e meio à frente dos trabalhos da Presidência do CFDD, e que, após muito esforço do Conselho, do Dr. Nelson Campos e de toda a equipe da Secretaria Executiva do CFDD, pode se concretizar. Disse, ainda, que essa realização muito o orgulha e representa um fruto de todo esse esforço realizado durante sua gestão. Lembrou mais uma vez que todas as metas foram realizadas. Houve ampliação do número de projetos apresentados, o que consagra substancialmente. Pois no biênio 2003/2004 foram apresentados 606 projetos, o que representa mais de 3 (três) vezes o número de projetos apresentados do quadriênio 1999/2002. A atividade do Conselho também aumentou substancialmente, o que se mede pelo número de projetos que foram julgados: no quadriênio 1999/2002, foram 86, ao passo que no biênio 2003/2004, 99 pleitos. O volume de recursos investidos nos projetos também aumentou substancialmente: no quadriênio 1999/2002, R\$ 3,6 milhões, e no biênio 2003/2004, R\$ 7,7 milhões, mais do que o dobro daquele período. O Conselho conseguiu rever, em 2003, o desenho do processo administrativo, proporcionando uma seleção mais racional, mais consentânea com uma política de aplicação de recursos, graças à aprovação da Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003. E conseguiu cumprir, hoje, a quarta meta que faltava, que era de julgar todos os projetos, ao menos os 50 prioritários, selecionados no final do ano passado. Isso é importantíssimo para a organização do orçamento, para que se possa fazer um planejamento mais ordenado e se aproveitar 100% dos recursos

orçamentários. Conseguiu-se afastar um fantasma que pairava no final de 2002, que era a extinção de 4 dos 5 cargos vinculados à Secretaria Executiva. No final de 2002, 4 dos 5 cargos comissionados eram comissionados e seriam extintos, mas se conseguiu mantê-los, o que implicou um aumento do número de servidores permanentes na Secretaria Executiva. É inegável e pode-se avaliar isso pela reportagem contida no Balanço Social: melhorou substancialmente a qualidade técnica dos projetos e aumentou a diversificação das áreas. No final de 2002 mais de 90% dos projetos era voltada à área do consumidor, não porque recursos adviriam dessa área, mas porque a divulgação do CFDD se dava no "boca a boca": era um PROCON que contava a outro PROCON ou a uma entidade civil de defesa dos direitos do consumidor sobre a existência do Fundo e assim sucessivamente. Coroando o esforço de divulgação, de democratização do acesso aos recursos do Fundo, um dos efeitos foi, além do aumento do número de projetos apresentados, a diversificação dos projetos apoiados. Até o fim de 2002 o CFDD nunca havia aprovado nenhum projeto da área de patrimônio histórico, mas hoje esses projetos representam pelo menos de 20% a 30% dos recursos destinados do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Não se conseguiu cumprir 100% uma das metas, que era a criação do cadastro nacional das ações civis públicas, mas o Dr. ARTHUR BADIN acredita que o Conselho lançou as bases para a criação desse cadastro. Existem entendimentos avançados com a Escola Superior do Ministério Público, com o Ministério Público Federal, a Procuradoria Geral da República (a Dr^a. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS estava na reunião afiançando e avalizando o projeto) e o Instituto Socioambiental, através de um dos projetos aprovados, que desenvolveu uma metodologia, num projeto piloto, para desenvolvimento de um projeto maior, de âmbito nacional. Era uma meta ousada demais para o fôlego, por isso ela não foi cumprida integralmente. Mas o Dr. ARTHUR BADIN tem certeza de que o que o sucederá terá condições de completá-la. Conseguiu-se criar uma rubrica orçamentária própria para a Secretaria Executiva do CFDD, o que garantiu uma autonomia, alguma independência e maior funcionalidade da Secretaria Executiva, que não dependia mais exclusivamente da Secretaria, por assim dizer. É o embrião de uma maior institucionalização da Secretaria Executiva. Conseguiu-se aumentar, ainda que não como se gostaria, o volume de recursos arrecadados. Isso graças a uma maior divulgação junto ao Ministério Público, aos órgãos do Poder Judiciário a respeito das formas de recolhimento dos recursos destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Foi ampliado o volume de recursos vertidos para o FDD em ações civis públicas. Em 2000 foram R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) em 2001, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 2002, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em 2003, R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) em 2004, R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Isso se deve também a uma maior preocupação de cobrar, executar e dar efetividade a um trabalho conjunto com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que acabou ampliando o volume de recursos arrecadados das multas e condenações aplicadas em processos administrativos do DPDC, que subiu de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 2004. Recrudescer-se substancialmente a fiscalização e o controle dos convênios. Nesses dois anos foi realizada a primeira tomada de contas especial, que é um procedimento administrativo próprio para apurar indícios de irregularidades na execução dos convênios. Já houve outros dois. Disse que é natural que o proponente tenha problemas na execução dos convênios, mas é preciso que isso seja apurado, identificado e as responsabilidades imputadas corretamente através de um processo transparente, claro, ostensivo. Aumentou-se também o número de fiscalizações "in loco", em que os técnicos da Secretaria Executiva vão até o local onde o projeto está sendo executado e, assim, podem ver a execução física e cotejar a execução documental do projeto. Disse que todos estão de parabéns, que conseguiram se desvencilhar de uma agenda que não era pouco ousada e que, de alguma forma, ficará registrada para a posteridade através do Balanço Social. Lembrou que em julho foi convocado para uma missão quase que "de guerra" em prol da nação brasileira, pelo Ministro da Fazenda, para assessorar o Professor Marcos Lisboa no Instituto de Resseguros do Brasil, num contexto polêmico e de ampla divulgação de irregularidades e de denúncias que eram veiculadas pela imprensa. Toda a Diretoria foi renovada, uma Diretoria técnica foi nomeada e o Dr. ARTHUR BADIN não teve como negar esse chamado para assessorar o Presidente, Marcos Lisboa, no saneamento da empresa, na implantação de medidas que preparem aquela companhia para a abertura do mercado. Nesse meio tempo o Presidente da República honrou o Dr. ARTHUR BADIN com a indicação de seu nome para ocupar a Procuradoria-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Essa indicação ainda deve ser aprovada pelo Senado Federal e deve estar em fase de tramitação legislativa da matéria naquela Casa. Isso causou uma

reviravolta nesses três últimos meses e implicou num custo pessoal muito grande, tendo havido inclusive sabatina há duas semanas no Senado. Uma das mudanças que mais tocaram o Dr. ARTHUR BADIN e cujo ônus ele terá que arcar trata-se de deixar a Presidência do Conselho, na medida em que a interpretação que informalmente a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça lhe deu é de que a indicação do Ministro da Justiça deveria recair sobre um servidor público federal. Acrescentou que o Instituto de Resseguros do Brasil, em que pese ser uma sociedade de economia mista, e que seja praticamente um órgão de Estado, ainda assim a condição do Dr. ARTHUR BADIN não é de servidor público, mas de celetista, então não poderia exercer as funções no Conselho. Disse que hoje abre a reunião, mas não a fechará e que se sente muito honrado de tê-los todos no Conselho, que nesses dois anos e meio houve mudanças parciais na composição do Conselho, mas que em todas elas houve uma feliz confluência de personalidades, de vocações voltadas para o interesse público e que foi montado um grupo bastante exitoso nas suas missões. Disse que gostaria de homenagear cada um dos Conselheiros que o acompanharam nesses dois anos e meio e à Secretaria Executiva. Disse que estava bastante sentido, bastante triste de não estar mais à frente do Conselho, mas que os que virão terão ainda mais condições de colocar para frente o Conselho. Disse que espera ter cumprido o que havia se comprometido perante o Conselho, que era ser não um Presidente, mas um servidor (foram essas as palavras que usou em seu discurso de posse), de ter servido aos Conselheiros na consecução de todas essas metas e todos esses objetivos. E que espera que tenha servido adequadamente. Agradeceu mais uma vez a todos, dizendo que deixa a Presidência. Imediatamente passou a Presidência para a Dr^a. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS. Deve-se destacar que o Dr. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER presidiu primeiramente a sessão, mas precisou se afastar para proferir palestra no Congresso Internacional 15 Anos do Código de Defesa do Consumidor, que ocorreu paralelamente à reunião. Assim, a Dr^a. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS assumiu a direção dos trabalhos até o retorno do Dr. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER.

Item 1º - Posse dos Conselheiros:

1.1- Dr^a. VANÊSCA BUZELATO PRESTES, na qualidade de Suplente, representante do Instituto “O Direito Por Um Planeta Verde”. **1.2-** Dr. BRUNO CESAR ALMEIDA DE ABREU, na qualidade de Titular representante do Ministério da Saúde.

Item 2º - Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária do CFDD. A Ata foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade pelos Conselheiros.

Item 3º - Apresentação do Quadro Demonstrativo dos valores recolhidos ao FDD, de acordo com os códigos de recolhimento até o dia 31 de agosto de 2005. O Secretário-Executivo leu o resumo dos quadros demonstrativos dos valores recolhidos na conta do FDD: Código 001 – Condenações Judiciais – Meio Ambientes – R\$ 36.254,45 (trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos); Código 002-Condenações Judiciais - Consumidor – não houve recolhimento; Código 003 – Condenações Judiciais – Bens e Direitos de Valor Artístico - Não houve recolhimento; Código 004 – Qualquer outro Interesse Difuso e Coletivo – R\$ 260.821,13 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e vinte e um reais e treze centavos); Código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) – não houve recolhimento; Código 006 – Multas – Código de Defesa de Consumidor – CDC – R\$ 556.595,88 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos); Código 007- Indenizações – Código de Defesa do Consumidor – CDC - não houve recolhimento; Código 008 - Condenações Judiciais – Mercado Imobiliário – não houve recolhimento; Código 009 – Condenações Judiciais – Infração a Ordem Econômica – R\$ 1.212.523,99 (hum milhão, duzentos e doze mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos); Outras Receitas –Sorteios de Instituições Filantrópicas R\$ 29.309,77 (vinte e nove mil, trezentos e nove reais e setenta e sete centavos); Outras Receitas – Doações – R\$ 18.696,43 (dezoito mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos); Depósito e Cauções (a Classificar) R\$ 17.045,21 (dezessete mil, quarenta e cinco reais e vinte e um centavos); Depósitos Judiciais R\$ 42,00 (quarenta e dois reais); Devolução de recursos de exercícios anteriores– R\$ 20,45 (vinte reais e quarenta e cinco centavos); Devolução de Saldo de Convênios de Exercícios anteriores - R\$ 237.315,60 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quinze reais e sessenta centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente no CFDD R\$ 2.681,80 (dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Obtendo como saldo final R\$ 2.365.943,11 (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e onze centavos).

Item 4º - Deliberação sobre projeto:

4.1- Interessado: **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA - CEPNOR/PA** (08012.007653/2004-24) Projeto: A Educação Ambiental como Base para a Conscientização da Importância do Manejo

Adequado dos Recursos Naturais: Subsídios para uma Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros em Comunidades de Marudá e Vigia. Conselheiro-Relator: Dr. Leonardo Roscoe Bessa, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. **4.2-** Interessado: **Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC/SC** (08012.007596/2004-83) Projeto: Proteção de Nascentes e Recuperação da Vegetação Florestal Ripária com Alternativas de Agregação de Renda para a Agricultura Familiar Sustentável no Município de Bandeirante/SC. Conselheiro-Relator: Dr. Allan Kardec Milhomens, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA Decisão do CFDD:Indeferido. **4.3-** Interessado: **Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Poções/GO** (08012.007118/2004-73) Projeto: Recuperação Conservação dos Recursos Hídricos dos Assentamentos de Reforma Agrária do Vale do São Patrício/GO. Conselheiro-Relator: Dr. Leonardo Roscoe Bessa, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON. Decisão do CFDD: Aprovado com glosas. **4.4-** Interessado: **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Meio Ambiente/SP** (08012.007675/2004-94) Projeto: Educação Agroambiental Participativa com Agricultores Familiares - Recuperação Ambiental, Legislação e Sistemas Agroflorestais. Conselheira-Relatora: Dr^a. Maria Caetana Cintra Santos, representante do Ministério Público Federal-MPF. Decisão do CFDD: Pedido de Vistas solicitado pelo Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer. **4.5-** Interessado: **Instituto Mamirauá/IDSM/RJ** (08012.007159/2004-60) Projeto: Programa Mamirauá - Rio de Educação Ambiental. Conselheiro-Relator: Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, representante Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE. Decisão do CFDD: Pedido de Vistas pela Dr^a Vânesca Buzelato Prestes. **4.6-** Interessado: **Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP/MG** (08012.007441/2004-47) Projeto: Implantação do Parque Turístico, Cultural e Ambiental da Gruta da Lapinha. Conselheiro-Relator: Dr. Eugenio Rybalowsky, representante do Ministério da Fazenda-MF. Decisão do CFDD: Indeferido. **Item 5º - Assuntos Gerais:** O Dr. João Batista de Almeida comentou a respeito do anteprojeto de lei referente aos processos coletivos de autoria da Dr^a Ada Pelegrini, sobre as jornada processual que devem ocorrer no período de 10 à 14 de outubro de 2005. Ficou decidido pela formação de uma Comissão composta pelos Conselheiros, Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Dr^a Maria Caetana Cintra Santos e o Dr. João Batista de Almeida, para manifestação ao referido anteprojeto, bem como discutir o assunto com a Dr^a Ada Pelegrini O Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer prestou homenagem ao Dr. Arthur Badin por sua gestão à frente dos trabalhos do CFDD onde destacou a adoção de um plano de ação de maneira positiva no que refere-se aos pontos de contemplação e apoio aos projetos novos, considerando o grande número de solicitações. Com relação ao Balanço Social 2003/2004, a divulgação deste é de suma importância demonstrando a transparência do FDD com relação aos trabalhos efetivados onde tais idéias complementam para o crescimento deste Conselho e pelas várias realizações que "fizeram a diferença" e, por fim, pediu uma salva de palmas para o ex-presidente. A Dr^a. Maria Caetana Cintra Santos, lembrou a trajetória do Dr. Arthur Badin, desde a sua posse onde comentou sobre seu entusiasmo, bem como o estímulo aos objetivos e clareza de idéias propostas para realização e execução das metas pretendidas. Assim como várias homenagens foram prestadas pelos conselheiros Dr. Paulo Sérgio Maciel Negrão, o Dr. Marcos Diegues Rodrigues, o Dr. João Batista de Almeida e o Dr. Leonardo Roscoe Bessa, teceram elogios e parabenizaram o Dr. Arthur Badin por sua atuação e desejaram sucesso na nova função. O Dr. Nelson Campos comentou o apoio recebido e o fortalecimento da Secretaria Executiva do CFDD na gestão do Dr. Arthur Badin. **Item 6º- A data da próxima reunião.** Ficou decidido que a próxima reunião do CFDD será no dia 29 de setembro de 2005. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente Ata, assinada pelo Secretário-Executivo do CFDD.

NELSON CAMPOS
Secretário-Executivo do CFDD